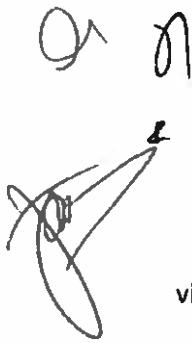


9
07
←

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.
- vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO)



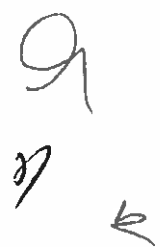
mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.

- vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.
- viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de Novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Região de Aveiro.
- ix. A 17 de Março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.
- xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, neste ato representada por Ana Abrunhosa que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro e no Despacho nº 6756/2014, de 23 de Maio.

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de

Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, José Ribau Esteves.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (adiante designada por CIM Região de Aveiro), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 48.793.464,00 euros.

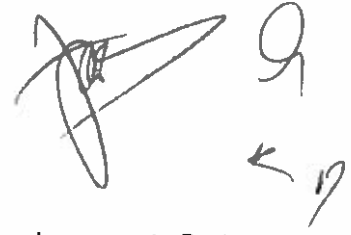
9 1 2

2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro assegura um apoio de 22.451.725,00 euros FEDER e de 12.075.000,00 euros FSE, que totalizam um montante de 34.526.725,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 678.725,00 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
4. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 13.588.014,00 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
5. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A CIM Região de Aveiro compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).
2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª, ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.
3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas,



conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.

4. A CIM Região de Aveiro, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a CIM Região de Aveiro compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da CIM Região de Aveiro enquanto organismo intermédio, onde se incluem elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.
2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a CIM Região de Aveiro.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Coimbra, 31 de agosto de 2015

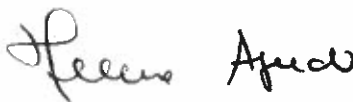
O presente Pacto é feito em quadruplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Centro (Centro 2020)



Ana Abrunhosa

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR)



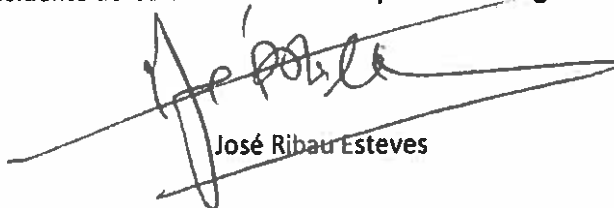
Helena Azevedo

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020



Patrícia Cotrim

O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Região de Aveiro



José Ribau Esteves

~~Handwritten signature~~
9
9*

ANEXOS



6
5
4

ANEXO 1 – Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento

Anexo 1

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

CIM REGIÃO DE AVEIRO

Código	Descrição	Programa Operacional		Elemento	FEDER	FSE	FUNDO COESÃO	FEADER	Fundo Total
		Prioridade de Investimento	Medida						
03.M04	Investimentos em ativos físicos	PDR	E1 - Baixo Youga Lagunar					13.588.014,00	13.588.014,00
02.03	O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, inclusão, cultura em linha e saúde em linha.	PO CENTRO 2020	E3 - Modernização Administrativa		3.400.000,00				3.400.000,00
04.03	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis	PO CENTRO 2020	E9 - Eficiência Energética		3.418.750,00				3.418.750,00
05.02	Promoção de investimentos para abordar riscos específicos... desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	POSEUR	E4 - Prevenção e Gestão de Riscos				678.725,00		678.725,00
06.03	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	PO CENTRO 2020	E2 - Pais Ria de Aveiro		510.000,00				510.000,00
06.03	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	PO CENTRO 2020	E5 - Cultura		1.657.500,00				1.657.500,00
08.03	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	PO CENTRO 2020	E6 - Inovação, Empreendedorismo e Emprego			4.000.000,00			4.000.000,00
08.08	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	PO CENTRO 2020	E6 - Inovação, Empreendedorismo e Emprego		2.600.000,00				2.600.000,00
09.01	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	PO CENTRO 2020	E6 - Inovação, Empreendedorismo e Emprego			1.275.000,00			1.275.000,00
09.07	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	PO CENTRO 2020	E7 - Saúde		2.493.475,00				2.493.475,00
10.01	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário	PO CENTRO 2020	E8 - Educação			6.800.000,00			6.800.000,00
10.05	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional	PO CENTRO 2020	E8 - Educação		8.372.000,00				8.372.000,00
Total					22.451.725,00	12.075.000,00	678.725,00	13.588.014,00	48.793.464,00
Total PO CENTRO 2020					22.451.725,00	12.075.000,00	0,00	0,00	34.526.725,00
Total PO SEUR					0,00	0,00	678.725,00	0,00	678.725,00
Total PO ISE					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total PDR					0,00	0,00	0,00	13.588.014,00	13.588.014,00

[Handwritten signature and initials]


*
9
17


**ANEXO 2 – Quantificação das metas dos indicadores de
desempenho do Pacto (realização e resultado) para
2018 e 2023**

Anexo 2 - Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Prioridade de investimento a mobilizar	Fundo	PO	Indicadores de realização			Indicador de resultado			Dotação FINURO a Contratar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medida	Indicador	Meta 2018	
02.01 - O reforço da aplicação de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a introdução, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	PO CENTRO	Servicos de Administração Pública apoiados	2	5	Nº	Clareza, flexibilidade que disponibilizam o atendimento e satisfação de fornecedores no internet no total de chamadas	63	3.400.000,00
04.01 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor de habitação;	FEDER	PO CENTRO	Realização anual do consumo de energia primária na iluminação pública	813.835	1.099.173	kWh/ano			1.402.300,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor de habitação;	FEDER	PO CENTRO	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	972.344	1.852.723	kWh/ano			2.016.250,00
TOTAL PI 04.03	FEDER	PO CENTRO	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	1.786.179	2.951.896	kWh/ano	Consumo de energia primária na administração regional e local		3.418.750,00
06.01 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	PO CENTRO	Aumento do número esperado de visitantes a zonas de património cultural e natural e atrações benéficas de zona	10.800	18.000	visitantes/ano			1.657.500,00
06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	PO CENTRO	Aumento do número esperado de visitantes a zonas de património cultural e natural e atrações benéficas de zona	6.300	10.500	visitantes/ano			510.000,00
TOTAL PI 06.03	FEDER	PO CENTRO	Aumento do número esperado de visitantes e atrações benéficas de zona	17.100	28.500	visitantes/ano	Dormidas em estabelecimentos turísticos, alimentação, alojamentos turísticos e outros	15.000	2.167.500,00
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	PO CENTRO	Aumento do número esperado de visitantes e atrações benéficas de zona incluindo subemprego	150	250	Nº	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de empresas, incluindo subemprego, que permanecem 11 meses após o fim do apoio	50	4.000.000,00
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos setores de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	PO CENTRO	Empresas que beneficiam de apoio	21	35	Nº	Postos de trabalho criados	49	2.800.000,00
09.01 - Iniciativa ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PO CENTRO	Indicador Complementar						1.175.000,00
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	PO CENTRO	Equipamentos, sociais e de saúde apoiados	7	12	Nº	Indicador Complementar		2.493.475,00
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da qualidade de acesso a um ensino inferior, primário e secundário de boa qualidade, incluindo programas de aprendizagem formal, não formal e informal para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	PO CENTRO	Pessoas integradas e inovadoras de combate ao insucesso escolar	1	1	Nº	Grav de satisfação	60	6.800.000,00
10.05 - Investimentos na educação, na formação, na formação profissional para a aprendizagem das competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educacionais e formativas;	FEDER	PO CENTRO	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	750	1700	Nº/Anual			5.072.000,00
10.05 - Investimentos na educação, na formação, na formação profissional para a aprendizagem das competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educacionais e formativas;	FEDER	PO CENTRO	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	450	1100	Nº/Anual			3.300.000,00
TOTAL PI 10.05	FEDER	PO CENTRO	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	1.200	2800	Nº/Anual	Taxa de cobertura da requisição de escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	25	6.372.000,00
02.01 - A promoção de investimentos para fazer face a crises específicas, assegurar a capacidade de resiliência de cidadãos e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FEDER	PO SEUR	Indicador Complementar				Indicador Complementar		678.725,00
TOTAL	FEDER	POUR	Indicadores Complementares	1	1	Nº	Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos	23000	
			Segurança de barragens	100	125	ha	Estudados envolvidos nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	5	
			Prevenção e defesa	1	1	Nº	Atualizadas à informação desconhecida e partilhada nos sistemas de informação e de monitorização	5	
							Redução de laboriosas geradas por sistemas de monitorização face à territorialização dos propostas pelo sistema de verificação	50	
									13.548.014,00
									48.791.461,00

(Handwritten signatures and marks)



*
9
7

ANEXO 3 – Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores




Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-004 Versão 7

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

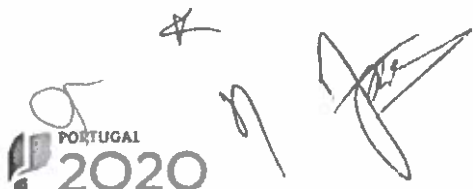
Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico



Identificação do Promotor

NIF **Nome ou Designação Social**
508771935 COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO

Morada (Sede Social)

Rua do Carmo nº 20 - 1º - Apartado 589

Código Postal

3800-127

Localidade

AVEIRO

NUT III

Região de Aveiro

NUT II

Centro

Telefone

234377650

E-mail

info@regiaodeaveiro.pt

Telefax

234377659

URL

http://regiaodeaveiro.pt

Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

José Eduardo de Matos

Telefone Responsável

+351234377650

Cargo Responsável

Secretário Executivo Intermunicipal

Telemóvel Responsável

Serviço/Departamento

Secretariado Executivo Intermunicipal

Email Responsável

info2020@regiaodeaveiro.pt

Email Alternativo

info@regiaodeaveiro.pt

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

Desde 1989, com a Associação de Municípios da Ria e a Grande Área Metropolitana de Aveiro, a dimensão intermunicipal - fixada em 2008 com a Região de Aveiro – tem sido crescentemente trabalhada e construída com parcerias, projetos e redes, reforçando a capacitação institucional da Comunidade. Tanto assim que, no âmbito do Documento Verde da Reforma da Administração Local, fomos CIM – piloto, cruzando a nossa experiência nesta escala e nos desafios da descentralização. A Lei 75/2013, de 12 de setembro, veio consolidar essa estruturação e justificar um exercício avaliativo e prospetivo, quer por imposição legal, quer por desígnio estratégico, espelhando o ambiente relacional positizador e os seus efeitos multiplicadores no capital social regional.

Para a implementação e operacionalização da EIDT, a CIRA detém capacidades no desempenho de funções de organismo intermédio, como é exemplo a Estrutura de Apoio Técnico da Região de Aveiro - na execução do contrato de delegação de competências com subvenção global assinado com o Mais Centro - e o Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro - na execução do contrato assinado com a Autoridade de Gestão do PROMAR.

Concomitantemente conta com um leque alargado de Equipas Intermunicipais mistas, compostas por elementos da sua estrutura interna, dos municípios e de outros parceiros, as quais detém larga experiência na gestão de projetos, de projetos em rede e na implementação de planos estratégicos. Ao longo da sua história e mormente no radar do Programa Territorial de Desenvolvimento (2007-2013), a Região tem sido capaz de criar e robustecer-se com um conjunto alargado, plural e diverso, público e privado, de Parcerias, Projetos e Redes.

Com o QREN 2007-2013 foi introduzido um novo modelo de gestão, onde as Comunidades Intermunicipais, na sequência dos contratos de Delegação de competências firmados com as Autoridades de Gestão, assumiram um papel de gestão intermédia procurando fomentar uma abordagem integrada das intervenções de desenvolvimento territorial e apelando à cooperação entre municípios, enquanto atores-chave do desenvolvimento.

O «Programa Territorial de Desenvolvimento para a Sub-Região do Baixo Vouga» (PTD, 2008, www.regiaodeaveiro.pt) estabeleceu as bases de ação para um novo de organização intermunicipal e de desenvolvimento regional, tendo por chão institucional a tradição sub-regional nascida com a Associação de Municípios da Ria (AMRia) e confirmada pela Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA). O PTD permitiu uma visão de conjunto dos onze municípios e orientou-se para a realização de projetos (comuns e municipais), cuja experiência se revela marcante na construção regional já apontada a 2020. A execução dos investimentos QREN 2007-13 encontra-se próximo do fim, evidenciando que na Região de Aveiro, no âmbito do Mais Centro - entre investimentos públicos (municipais e entidades) e privados (empresas e IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social) - o valor global supera os 500 milhões de euros.

Dados preliminares da operação, consubstanciada em 220 projetos, geridos pela Comunidade Intermunicipal, no âmbito da contratualização, permitem contabilizar valores aprovados que ascendem aos 240 milhões de euros. Este montante de investimento refletiu-se no desenvolvimento da Região em diferentes áreas, com especial incidência na Educação, Cultura, Desporto, Economia, Regeneração Urbana, Mobilidade, Saúde, Proteção Civil, Energia, Sociedade do Conhecimento, Qualificação Ambiental, entre outras.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	Valorização dos recursos florestais
600082466	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	Valorização dos recursos florestais

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Região de Aveiro

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial Situação atual do território

Com o documento de caracterização e diagnóstico, apresentado no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro, procurou-se dar sentido a um conjunto significativo de informação existente e/ou entretanto recolhida e tratada no âmbito da sua elaboração, tendo em vista informar a análise SWOT e as recomendações finais. Nele são incluídas seis dimensões de análise: o enquadramento territorial, a caracterização ambiental, a análise demográfica, a socioeconómica, a das outras capacidades instaladas e uma análise do histórico dos financiamentos públicos no âmbito do quadro anterior. Para cada uma destas dimensões são analisados diferentes subtemas e no final de cada secção é feita uma síntese das principais conclusões (apresentadas nas páginas seguintes).

Os novos mecanismos para uma alocação mais eficiente dos fundos estão dependentes da capacidade dos territórios se especializarem. Pretende-se facilitar a articulação dos instrumentos de financiamento europeu com as necessidades regionais, procurando maximizar o seu potencial económico de crescimento e de inovação. No seu centro está a identificação das competências e forças regionais para o suporte à inovação, sendo necessária a identificação de sectores e clusters com potencial de crescimento. A seleção das prioridades de políticas públicas deve, por seu lado, garantir a diversificação e o reconhecimento da natureza sistémica da inovação. A articulação inter-regional, nacional e europeia são, também, preocupações centrais neste processo.

A valorização dos recursos endógenos, que possa contribuir para atingir os objetivos delineados de crescimento, inovação, inclusão e emprego, passa, necessariamente, por dinâmicas de escala com valorização local. O cruzamento e articulação das políticas públicas regionais, com os sistemas de conhecimento e inovação e o próprio território colocam a este processo uma exigência significativa, que só contribuirá para o seu sucesso se se traduzir numa alteração de objetivos, de práticas e de investimento público.

Ainda que a inovação seja considerada um instrumento central nesta estratégia e entendida como alavanca da promoção do crescimento económico, esta não pode ser entendida de forma desarticulada das capacidades e os recursos endógenos de cada território. Assim, importa sublinhar, em primeiro lugar, que os territórios não poderão ser excelentes em todos os domínios. Há, certamente, áreas de conhecimento, recursos endógenos, práticas empresariais, capital social e oportunidades económicas mais evidentes e com maior potencial em cada um deles. A sua identificação e a definição de uma estratégia de aplicação criteriosa de financiamento público que possibilite uma mais eficiente e eficaz valorização desses recursos foi uma das principais preocupações deste processo de diagnóstico. Em segundo lugar, dado o lugar privilegiado que o Sistema de Ciência e Tecnologia ocupa na garantia do sucesso de estratégias que assumem o conhecimento e a inovação como centrais, importa que estas estejam em articulação com as instituições que o compõem. Esta é a razão que preside à identificação do potencial de inovação presente no seu ecossistema sub-regional que o documento de diagnóstico também reflete. Por fim, a especialização regional deve resultar da estreita articulação com as orientações estratégicas de referência (europeias, nacionais e regionais).

Enquadramento territorial

Este é um território marcado pela diversidade e pela sua malha policêntrica. Com áreas marcadamente marítimas e ribeirinhas e outras de cariz serrano, territórios de baixa densidade e outros marcadamente urbanos, com ocupações económicas e usos diversos, importou estabelecer um conjunto de prioridades de políticas públicas que atendessem a necessidade de apresentar respostas diferenciadas.

A região caracteriza-se pela existência de muitas superfícies de águas e zonas húmidas ligadas à zona da ria. Pode-se considerar que o povoamento, em torno dos aglomerados urbanos, acontece de forma relativamente dispersa, estando associado ao caráter rural de alguns municípios. Os padrões de ocupação urbana apontam para o domínio de habitação unifamiliar, fortemente baseada em edifícios térreos. As freguesias mais urbanas apresentam elevadas densidades de ocupação e construção em altura. As freguesias suburbanas marcam um território com valores de densidade de ocupação urbana e dinâmica de construção (no período entre 2001 e 2011) acima da média.

Territórios com condições mais rurais (como Sever do Vouga, Anadia e Vagos) caracterizam-se por baixas densidades de ocupação urbana, edifícios térreos e alojamentos de habitação de residência habitual, bem como áreas de ocupação florestal. Nas unidades territoriais localizadas na zona costeira o fenómeno de segunda habitação ou a existência de habitação de uso sazonal ganham importância.

Anadia, Aveiro, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga surgem entre os concelhos com fraca renovação habitacional (com um elevado número de alojamentos a necessitar de reparações).

Caracterização ambiental

A identidade desta região é profundamente marcada pela sua dimensão ambiental e de território natural. Importa salientar que, a este nível, a situação tem vindo a ser objeto de particular atenção, tendo sido "compensado" os passivos ambientais do passado. Consideramos estar já numa fase de valorização ambiental e de proteção de bens e pessoas, nomeadamente ao nível da erosão costeira, ria e rios. Neste sentido, nos últimos anos têm vindo a ser desenvolvidas na região inúmeras ações dirigidas a diferentes públicos alvo, de sensibilização ambiental e promoção das Agendas 21 locais.

A qualidade da Água Segura no território da CI Região de Aveiro apresenta, sucessivamente, valores superiores aos da Região Centro (estão entre os mais elevados a nível nacional), e mantém a trajetória de melhoria contínua. No cômputo geral, a grande maioria das massas de água superficiais, que cumprem os objetivos ambientais da DQA, apresentam um "Bom" estado, sendo que apenas cinco massas de água apresentam um estado "Excelente".

A qualidade do ar é boa mas recomenda-se atenção para o recente aumento do número de dias classificados como Médio e Fraco, cuja progressão poderá indicar a necessidade da adoção de medidas que promovam a melhoria da qualidade do ar.

A região possui áreas de extraordinária importância ambiental: Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, ZPE da Ria de Aveiro, Barrinha de Esmoriz, Rio Vouga, Pateira de Fermentelos e Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas.

Apesar do aumento da área suscetível à desertificação, e do aumento de ocorrências de fenómenos meteorológicos extremos, a nível nacional, não há registo de impactes significativos destes fenómenos no território da CI Região de Aveiro.

Análise demográfica

A região é marcada por uma composição demográfica regionalmente heterogénea, com um comportamento semelhante ao do território nacional, nomeadamente com o aumento da concentração das populações em áreas urbanas.

Encontra-se comprovada uma tendência crescente de envelhecimento que se tem vindo a consolidar. No entanto, quando comparados com os indicadores nacionais, a dinâmica demográfica da CI Região de Aveiro é positiva:

- ainda que com um relativo abrandamento face ao período intercensitário de 1991 e 2001, apresenta um crescimento demográfico positivo;
- o Índice de envelhecimento é ligeiramente superior à média nacional, mas inferior à média da região Centro. Apesar da presente situação demográfica apresentar uma evolução populacional positiva, o crescimento tem sido por via do crescimento migratório em prejuízo do crescimento natural que, por sua vez, tem sido cada vez menor.

Importa não descuidar a inversão de tendências verificadas ao nível dos saldos migratórios.

Análise socioeconómica

Neste âmbito, a Região é caracterizada por uma forte densidade empresarial e por um aparelho produtivo com significativa vocação exportadora (em contraciclo com o comportamento nacional, apresentando consecutivos superávits comerciais), especialmente nos domínios do setor industrial, com diversas empresas de referência nacional. Apenas os distritos de Lisboa e Porto ultrapassam esta Região em termos de peso relativo no quadro nacional no que diz respeito a volume de negócios, valor acrescentado bruto e exportações (cf. AIDA, 2013). Naturalmente, e em consonância com o diagnóstico apresentado, a indústria transformadora apresenta valores ainda mais significativos dado o seu relevo e impacto regional. Os setores metalúrgico, químico, alimentar, automóvel, de minerais não metálicos e de equipamentos elétricos representam mais de 60% do volume de negócios industriais da Região.

De acordo com um estudo recente (julho de 2013) da Associação Industrial do Distrito de Aveiro, os agentes dos setores acima referidos identificam como fatores comuns mais relevantes para a competitividade e internacionalização a qualificação dos trabalhadores e a inovação tecnológica. O mesmo estudo indica que cerca de 55% das empresas desenvolvem atividades de inovação e desenvolvimento tecnológico, salientando também, neste âmbito, a cooperação com a Universidade de Aveiro.

No entanto, para além dos setores tradicionais, importa sublinhar o surgimento de setores industriais de forte componente tecnológica exportadora. É já relevante a proporção do VAB das empresas de setores de média-alta tecnologia na Região de Aveiro, atingindo 19,2%. Mais significativo é o facto de estes valores ultrapassarem em larga medida a média do registado na Região Norte (7,1%) e na Região Centro (8,1%) (cf.

AIDA, 2013).

Os fatores de diferenciação económica da Região de Aveiro resultam, assim, quer do dinamismo empreendedor já existente, da transformação ou evolução de setores tradicionais em atividades de maior integração de tecnologia e inovação, na relação com o sistema científico e tecnológico, dos fatores geográficos e de acessibilidades e dos recursos institucionais presentes no território.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Dimensão demográfica
 Cultura de empreendedorismo
 Dinamismo industrial e capacidade exportadora
 Especialização da região na indústria transformadora
 Propensão exportadora
 Dinamismo e internacionalização da investigação
 Centros de I&DT adequados às especializações produtivas
 Capacidade produtiva e investigação em áreas de especialização
 Cultura de associativismo municipal e dinâmica intermunicipal
 Instrumentos de Planeamento Intermunicipal
 Eficiente e eficaz utilização do QREN
 Modernização e formação tecnológica na administração local
 Áreas de extraordinária importância ambiental
 A Ria de Aveiro fonte de biodiversidade
 Qualidade paisagística da zona de montanha e do espaço natural
 Riqueza natural e patrimonial
 Tradição cultural
 Oferta regional de equipamentos
 Potencial agrícola do Baixo Vouga
 Tecido associativo dinâmico

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

Insuficiente mecanismos de ligação entre os sistemas CT e produtivo e associativo
 Insuficiente oferta de serviços de apoio e de atracção de empresas
 Baixos níveis de formação da mão-de-obra e dos empregadores
 Insuficiente oferta de serviços e infra-estruturas nas ALE
 Insuficiente reforço do perfil de internacionalização
 Lacunas no sistema logístico
 Lacunas na articulação entre a rede regional de mobilidade e rede nacional
 Povoamento difuso e pouco estruturado
 Estagnação económica de espaços tradicionais de atividade humana
 Baixa produtividade do setor agrícola no Baixo Vouga
 Oferta cultural fragmentada
 Inexistência de uma cultura/prática de baixa intensidade energética ou de reutilização de recursos
 Insuficiente articulação dos agentes dos setores público e não público
 Cooperação inter-institucional de âmbito restrito
 Desemp. qualificado

Principais Pontos Fracos

Políticas intermunicipais
Identidade e coesão territorial
SC&T em setores especialização
Parque de Ciência e Inovação central na economia
Incubadora de Empresas da Região com espaços, equipamentos e serviços
Transição para tecnologias renováveis e alternativas
Fatores de fixação de atividades de I&D e de pessoas qualificadas
Valorização dos recursos endógenos para inovação e internacionalização
Projetos em acessibilidades, com posicionamento nacional e internacional
Poupança financeira e económica com serviços públicos digitais
Pop. europeia em idade de reforma com potencial económico
Procura turística por identidade, património e cultura
Desemp. tendencialmente baixo
Reconfiguração do tecido produtivo em setores baseados no conhecimento
Áreas de Acolhimento Empresarial
Competitividade e Internacionalização
Articulação de apoios com necessidades

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Perda de competitividade das atividades produtivas baseadas no fator recursos naturais ou no fator mão-de-obra intensiva e conseqüente risco de deslocalização para economias com menores custos de produção.
Ascensão de economias concorrenciais a nível global
Perda de recursos humanos qualificados para outras regiões Portuguesas e Europeias
Instabilidade nas políticas e preços do setor energético
As alterações climáticas podem provocar o aumento da frequência e intensidade de fenómenos extremos (incêndios florestais, inundações, etc.)
Crescente processo erosivo costeiro
Composição demográfica regionalmente heterogênea, com desafios e respostas múltiplas
Apesar da presente situação demográfica apresentar uma evolução populacional positiva, o crescimento tem sido por via do crescimento migratório em prejuízo do crescimento natural.

Os desafios regionais identificados na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro colocam a Região perante a necessidade de promover respostas em termos de Crescimento Económico, Ambiente e Sustentabilidade, Comunidades e Inclusão, Território e Atratividade, e Governança e Serviços Públicos.

O Programa de Ação obedece a uma organização por desafios estratégicos, metas estratégicas e ações. Estas últimas incluirão elementos de diferentes naturezas: Orientações de Política (que dizem respeito aos princípios que irão nortear as ações tendo em vista a concretização de determinada meta); Propósitos Estratégicos (que dizem respeito aos resultados que se procurarão atingir); e Ações de âmbito intermunicipal, com diferenciação à escala municipal ou com impacto, também, intermunicipal.

Os desafios estratégicos identificados como prioritários para a Região de Aveiro e que constituirão os eixos prioritários de intervenção são os seguintes:

1. Baixo Vouga Lagunar
2. Polis Ria de Aveiro
3. Modernização Administrativa
4. Prevenção e Gestão de Riscos
5. Cultura
6. Inovação, Empreendedorismo e Emprego
7. Saúde
8. Educação
9. Eficiência Energética

Os pontos-chave que definem o sucesso da Região de Aveiro no cumprimento dos objetivos definidos na Estratégia são, além de muitas outras, a sua vasta experiência na execução de Programas de Ação contratualizados, a sua forte cultura de empreendedorismo aliada ao tecido associativo dinâmico, a cultura de associativismo municipal e dinâmica intermunicipal na execução de projetos, bem como os instrumentos de planeamento intermunicipal já existentes.

O dinamismo existente do ponto de vista institucional e a trajetória efetuada ao nível do desenvolvimento de espaços de cooperação com o claro objetivo de reforçar a capacidade institucional dos agentes da região é também um fator crítico de sucesso.

Pelo seu papel institucional, a CIM Região de Aveiro assume uma posição chave na coordenação deste Programa de Ação, garantindo a concertação intermunicipal e o estabelecimento de parcerias alargadas aos diversos agentes regionais.

A construção deste ambiente regional positivo e positivador, integra ab initio o envolvimento dos stakeholders como igualmente fundamental para o sucesso da implementação do Programa de Ação.

Estratégia

Objetivos e vocação específica do ITI

As linhas de orientação, os quadros temáticos e os desafios regionais identificados na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial colocam a Região perante a necessidade de promover respostas em termos de Crescimento Económico, Ambiente e Sustentabilidade, Comunidades e Inclusão, Território e Atratividade, e Governança e Serviços Públicos.

A EIDT da Região de Aveiro é uma peça central no posicionamento da região no futuro período de programação financeira da União Europeia. Esta reflete a preocupação de articular iniciativas e investimentos e é expressão de um compromisso interinstitucional para o alinhamento de políticas públicas em torno de desafios comuns.

Esta Estratégia procura – tendo como referência a especialização inteligente – identificar um conjunto limitado e prioritário de áreas de especialização regional que, de forma mais significativa, possam contribuir para o crescimento económico – coeso e sustentável – da Região. Esta identificação é resultado da Caracterização e Diagnóstico da Região, onde se procurou evidenciar os fatores-chave distintivos da Região de Aveiro, quer no que concerne aos setores de atividade mais relevantes, quer no que concerne às necessidades de intervenção mais prementes em termos de políticas públicas. Esta caracterização decorreu de um diagnóstico que assinalou o comportamento dos setores de atividade económica com mais expressão na região e que procurou identificar as principais oportunidades resultantes dos seus recursos endógenos.

Resulta, também, de se assumir e reconhecer o potencial do Conhecimento e da Inovação como "motor" do desenvolvimento e do empreendedorismo da Região de Aveiro, não porque este decorre de qualquer boa intenção ou meramente do incentivo proporcionado pelo próximo quadro europeu, mas porque é possível identificá-lo no Sistema de Ciência e Tecnologia. Por esta razão, o presente documento identifica também as áreas onde a Universidade de Aveiro apresenta melhores condições de contribuir de forma significativa em termos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação. São, ainda, tidas em consideração as orientações estratégicas europeias, nacionais e regionais, ao identificar as prioridades já estabelecidas às mais diversas escalas e ao procurar consolidar os instrumentos já estabelecidos nos mais diversos setores de atividade. O processo incluiu, ainda, a auscultação de um conjunto significativo de stakeholders regionais, cuja contribuição foi relevante para a dimensão qualitativa do diagnóstico e para a consolidação da visão para a Região de Aveiro. Por último, inclui, ainda, a articulação com um conjunto significativo e um histórico relevante de estratégias municipais e intermunicipais já existentes e o reconhecimento e enquadramento dos investimentos nacionais já previstos para a Região.

Ao culminar com a identificação das ações, das orientações estratégicas e dos desafios de políticas públicas num Plano de Ação comum aos diferentes municípios, à Comunidade Intermunicipal e à Universidade de Aveiro relativo aos investimentos respeitantes ao próximo período de programação financeira 2014/2020, este documento procura traduzir, assim, o que serão as prioridades destas instituições, numa articulação de esforços para fazer face aos desafios que a Região de Aveiro enfrenta e aos objetivos estratégicos que pretende atingir neste período.

Reconhecendo que este é um contributo da CI Região de Aveiro e da Universidade de Aveiro para a Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro, afirma-se, também, que o processo e o seu sucesso dependem da eficaz articulação dos diversos stakeholders e da apropriação da mesma pelos agentes relevantes do território.

A apresentação de uma orientação comum, intermunicipal e interinstitucional, representa um esforço significativo de articulação de prioridades e instrumentos de políticas públicas no sentido de identificar ações que contribuam para a visão regional e para os objetivos estratégicos que se procuram atingir.

O diagnóstico efetuado suporta os elementos centrais da Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro ao longo do período 2014/2020, que se desdobra através da consideração de uma Visão e correspondente Missão, de três Objetivos Estratégicos, da identificação de domínios de Especialização Regional, bem como de Desafios Estratégicos nucleares, remetendo depois, do ponto de vista de operacionalização, para um conjunto de Eixos de Intervenção, que se repartem por Metas e respetivas Ações a adotar.

A concretização da visão ocorre através da orientação dada pelos mecanismos e recursos que irão ser privilegiados por esta estratégia. A missão, que traduz a aposta da Região de Aveiro no conhecimento, no empreendedorismo e na atratividade do seu território, procura, assim, traduzir aqueles que serão os instrumentos preferenciais a privilegiar e os objetivos a atingir.

Visão

Uma Região inclusiva, empreendedora e sustentável, que reconhece no seu território o potencial para inovar e criar oportunidades para as atuais e futuras gerações.

Esta formulação da Visão para a Região de Aveiro resultou do processo de auscultação e envolvimento dos stakeholders regionais e em particular das ações a desenvolvida em termos de envolvimento e participação dos cidadãos.

Missão

A Região de Aveiro aposta no conhecimento, empreendedorismo qualificado e inovador, na atratividade do território e na eficiência dos seus serviços públicos para criar uma comunidade inclusiva, empreendedora e com qualidade de vida.

A concretização da visão ocorre através da orientação dada pelos mecanismos e recursos que irão ser privilegiados por esta estratégia. A missão, que traduz a aposta da Região de Aveiro no conhecimento, no empreendedorismo e na atratividade do seu território, procura, assim, traduzir aqueles que serão os instrumentos preferenciais a privilegiar e os objetivos a atingir. Em estreita e inseparável relação com o conhecimento e a inovação, são objetivos estratégicos:

- a promoção da qualidade de vida,
- a criação de um contexto favorável ao empreendedorismo,
- a construção de mecanismos de boa governação,
- a atratividade do território.

Objetivos estratégicos

A estratégia procura – tendo como referência a especialização inteligente – identificar um conjunto limitado e prioritário de áreas de especialização regional que de forma mais significativa possam contribuir para o crescimento económico – coeso e sustentável – da Região. Identificam-se, assim, as seguintes Áreas de Especialização Regional:

1º - O Mar e a Ria, mais do que marcas identitárias da Região de Aveiro são recursos incontornáveis para a sua estratégia. Para além da identidade territorial que lhe conferem, o Mar e a Ria constituem-se como recursos de especialização inteligente pelas mais diversas razões: o relevante contributo para o setor turístico, a sua articulação com a atividade industrial e das pescas, o potencial de desenvolvimento com a incorporação de conhecimento e inovação, a estreita interdependência com o equilíbrio ambiental e com a eco-eficiência da região, o potencial associado ao setor da energia, são alguns bons exemplos da razão para a evidente inclusão desta área.

2º - O setor Agroalimentar e Florestal apresenta nesta Região condições extremamente favoráveis ao seu desenvolvimento. O território da Região de Aveiro é particularmente diverso, apesar da sua escala, e é, numa parte significativa, constituído por terrenos com elevado potencial agroalimentar.

3º - A área dos Materiais, entendida não só na sua expressão industrial, mas também na sua articulação com outros setores: da saúde à construção, da energia à qualidade de vida. Na sua expressão industrial, com o impacto mais relevante em termos de atividade económica nesta região (particularmente no que diz respeito à Indústria Transformadora), este tem sido, de forma mais significativa, o setor com maior reconfiguração do tecido produtivo com a incorporação do conhecimento e da inovação na sua cadeia de valor.

4º - A área das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica corresponde a um setor de atividade económica e institucional (Aveiro Digital) que distingue a região e a posiciona internacionalmente, particularmente porque este reflete a incorporação intensiva de Investigação e Desenvolvimento na sua atividade. Esta é mais uma das áreas que para além de encontrar no Sistema de C&T as condições necessárias para o seu desenvolvimento, tem também uma expressão significativa em termos de atividade económica e de emprego, e apresenta condições muito significativas, pela sua própria natureza, para poder atuar de forma transversal às mais diversas áreas de políticas públicas regionais: saúde, educação, mobilidade, empreendedorismo, inovação social, governação.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Região de Aveiro resulta de um longo processo de discussão e construção conjunta entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) e a Universidade de Aveiro (UA). O protocolo de colaboração interinstitucional que o consubstancia possibilitou, por um lado, a confirmação de um processo histórico de cooperação entre ambas as instituições e, por outro, a oportunidade de, em conjunto, procederem ao desenho deste documento enquadrador das dinâmicas regionais para o próximo quadro de financiamento europeu.

O que aqui se apresenta resulta, ainda, de um processo multifacetado, com distintos mecanismos de participação, debate e envolvimento dos mais diversos agentes regionais. A condução em parceria com os municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro tornou possível a apresentação de uma visão alargada, plural e consensualizada do enquadramento estratégico desta região.

Esta EIDT traduz um quadro sub-regional, articulado com as orientações da Região Centro e nacionais, integrando as diversas dimensões de desenvolvimento territorial (urbano, rural e costeiro), bem como o necessário enquadramento aos instrumentos futuros de implementação da mesma.

A este processo, que teve o seu início em Dezembro de 2012, presidiu um conjunto de princípios que foram considerados centrais, adequados à realidade regional e em articulação com experiências anteriores de colaboração interinstitucional e intermunicipal: 1) a valorização das prioridades de investimento definidas em instrumentos anteriores municipais e intermunicipais; 2) a articulação com os agentes regionais e a valorização do enquadramento estratégico Europeu; e 3) a consensualização no sentido da apropriação da Estratégia por parte dos stakeholders.

O processo que correspondeu à elaboração desta estratégia obedeceu à seguinte abordagem metodológica e calendarização a) levantamento e caracterização, b) alinhamento e definição de prioridades, e c) definição de plano de ação e mecanismo de monitorização.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

Tendo como origem o PTD (Plano Territorial de Desenvolvimento da Sub-região do Baixo Vouga, 2008), o Programa Estratégico para a candidatura às Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação visa construir, consolidar e/ou ativar dinâmicas coletivas de desenvolvimento urbano. Esta proposta foi elaborada em diálogo e num contexto de colaboração intermunicipal e interinstitucional, para construção de uma estratégia comum de desenvolvimento urbano da rede de cidades e principais aglomerados populacionais dos municípios de: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, a qual se designou de Comunidade Interurbana de Aveiro.

Esta estratégia está a ser desenvolvida sobre uma dinâmica de construção de base territorial longa e amadurecida, que vai permitindo e permitirá constituir massa crítica para a sua concretização, surgindo como um passo natural e de consolidação desse trajeto de interação e cooperação entre diversos parceiros. Esta visão conceptual mais abrangente das cidades/aglomerados urbanos, não só do ponto de vista físico (integrando a área urbana com a sua envolvente), mas também do ponto de vista sectorial (considerando as questões económicas, sociais e ambientais de forma conjunta e integrada) e do leque e grau de envolvimento dos agentes (governança multi-nível). Na verdade, trata-se de uma visão que procura incluir a rede de fluxos multi-direccionais existentes ao nível geográfico, económico, social, cultural e ambiental, capaz de configurar no seu todo um sistema urbano.

Neste contexto, o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro, teve como principal objetivo elaborar um documento estratégico e operacional que sirva de instrumento de atuação e sensibilização, fomentando a articulação entre os diferentes modos de transporte. Pretende-se igualmente que resulte na implementação de um sistema integrado de mobilidade, minimizando os custos de investimento e exploração.

O Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro assenta em princípios orientadores nacionais e internacionais no domínio da Mobilidade. Destaca-se a gestão da mobilidade em transporte público, no qual serão igualmente analisados os transportes escolares. Será dada grande relevância às questões da mobilidade sustentável e à sensibilização para a utilização de modos suaves de deslocação. Já no relatório "Diretrizes Nacionais para a Mobilidade", produzido pelo IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P, em março de 2011, se considera recomendável a elaboração de planos de mobilidade e transportes com uma abrangência intermunicipal, para mais facilmente cumprir as também definidas onze linhas de orientação para a Mobilidade:

- 1 – Níveis adequados de acessibilidade oferecidos pelos TP a todos os cidadãos
- 2 – Configuração eficiente do sistema de acessibilidades
- 3 – Sustentação económica como garante da estabilidade da oferta
- 4 – Diminuição dos impactes negativos da mobilidade
- 5 – Criação de boas condições para os modos não motorizados
- 6 – Promover um uso racional dos modos individuais motorizados
- 7 – Assegurar serviços de TP de boa qualidade
- 8 – Integração das políticas de usos do solo e de transportes
- 9 – Integração física, tarifária, lógica e institucional dos diferentes componentes do sistema de mobilidade
- 10 – Melhorar a informação aos cidadãos sobre o sistema de transportes e mobilidade
- 11 – Assegurar a participação pública nos processos de decisão associados à mobilidade

Assim, o PIMTRA – Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (2014) prossegue os seguintes fins:

- Promoção da mobilidade sustentável
- Promoção da Acessibilidade enquanto fator de inclusão e justiça social
- Integração entre as políticas de ordenamento do território e de transportes
- Promoção da intermodalidade
- Promoção da qualidade ambiental, saúde pública e Segurança
- Conhecimento dos custos da mobilidade
- Aposta em medidas inovadoras de gestão da mobilidade;

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020 é uma peça central no posicionamento da região no futuro período de programação financeira da União Europeia e o resultado deste processo de definição da Estratégia. Considera-se este quadro - Europa 2020 - não como uma ameaça, não como uma necessidade de adaptação das práticas em termos de políticas públicas, mas como uma oportunidade.

Para a Região de Aveiro este quadro de referência vem possibilitar um passo seguinte na criação de uma região mais coesa e mais competitiva. O período de infraestruturas da região está a ser conduzido a diversas velocidades, de acordo com as necessidades dos diversos municípios ao longo dos últimos quadros comunitários. O desafio, hoje, para a Região, é o da Criação de Valor. Criação de Valor que seja sustentável, ambientalmente eficiente e economicamente inteligente.

Entende-se que não será difícil dar o salto para este novo paradigma comunitário e reconhecer como prioritárias questões como a criação de um contexto favorável ao empreendedorismo, a promoção da qualidade de vida e a aposta em regiões inteligentes: dos desafios da eficiência energética, da utilização eficiente de recursos, da promoção da competitividade, da aposta nas qualificações e competências, na inclusão e inovação social – de uma forma geral, uma resposta aos desafios societais.

Para a Região de Aveiro estes desafios são, acima de tudo, a confirmação de expectativas e constituirão uma oportunidade importante para a sua afirmação e para o seu desenvolvimento. Este é um território que tem as condições para apostar na sua valorização, como resultado do histórico e dos documentos de suporte.

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O Plano de Ação que apresentamos neste PDCT da Região de Aveiro integra um conjunto relevante de projetos, assumindo um objetivo de concretizar de facto a EIDT definida e aprovada, em operações de escala intermunicipal e municipal com uma forte coerência entre elas, e seguramente contributivas para a valorização do território, para a elevação da sua competitividade, na perspetiva da criação de mais riqueza e de mais emprego. Apresentamos seis Programas que integram projetos de múltipla condição, de matriz intermunicipal e municipal, e cuja importância assenta em aspetos capitais para a Região de Aveiro e os seus onze Municípios, tendo como base programas e projetos que se executaram no passado e necessitam de prosseguir e o seu efeito direto e positivo para o crescimento sócio-económico e para a coesão social: E.1 Baixo Vouga Lagunar A valorização dos terrenos agrícolas do Baixo Vouga Lagunar (BVL), defendendo-os da entrada da água salgada da Ria de Aveiro e da progressão da cunha salina, são o objetivo principal, melhorando acessibilidades e promovendo um aumento considerável da atividade agrícola e pecuária nestes solos de elevada capacidade produtiva e utilizadores de sistemas produtivos que usam baixo consumo de energia e de água. Numa abordagem que também é contributiva da defesa da biodiversidade e de outras atividades económicas existentes, este investimento pretende, em primeiro lugar, qualificar as infraestruturas existentes e construir as que são fundamentais para rentabilizar as potencialidades do BVL. E.2 Polis Litoral Ria de Aveiro II A valorização e a qualificação da Ria de Aveiro foi uma aposta feita no âmbito da atividade da empresa Polis Litoral Ria de Aveiro SA, com operações integradas num programa financiado pelo QREN e que se exige continuar. A defesa de pessoas e bens num quadro de prevenção e gestão de riscos e de adaptação às alterações climáticas tem aqui um papel central, ao lado da preservação e promoção dos valores ambientais e das atividades económicas da Ria de Aveiro. É importante lembrar que são as margens da Ria de Aveiro que fazem a continuidade da linha de costa interrompida pela barra da Ria e do Porto de Aveiro, sofrendo os efeitos do aumento do nível médio das águas do Mar entre outros. Alguns dos principais e maiores investimentos definidos para o Polis da Ria de Aveiro que agora está no seu último ano (transposição de sedimentos, reforço de margens, qualificação da lagoa costeira/Barrinha de Esmoriz, entre outros) têm projetos prontos e com licenciamento ambiental, que custaram mais de dois milhões de euros, e cuja importância e premência da sua execução, exigem a sua presença neste PDCT-RA, que apresentamos com a denominação de Polis Litoral Ria de Aveiro II. E.3 Modernização Administrativa Dar continuidade a projetos de temos vindo a executar com o financiamento dos Fundos Comunitários de anteriores quadros, prosseguindo no caminho da harmonização de procedimentos e regulamentos, da partilha e integração de serviços, da redução de custos de gestão e da desmaterialização de processos, da melhoria e facilitação do acesso aos serviços pelos Cidadãos, com relevantes ganhos de transparência, são características do projeto de modernização administrativa que integramos neste PDCT-RA. E.4 Prevenção e Gestão de Riscos A

prática da gestão do território determina que os sistemas de gestão de catástrofes tenham de utilizar a escala intermunicipal, numa operação que potencia e rentabiliza a utilização dos meios disponíveis em termos locais e nacionais, e em coerência com a dimensão territorial de fenómenos como os que assumimos como riscos tecnológicos, os incêndios, as inundações e a erosão costeira. E.5 Cultura A produção e promoção cultural com as suas múltiplas funções têm de utilizar o patamar intermunicipal, para podermos rentabilizar os equipamentos existentes, aumentar a qualidade e a diversidade da oferta e promover com melhor condição, os valores culturais muito ricos da Região de Aveiro. O projeto de programação cultural em rede que executámos no quadro da rede urbana para a competitividade e inovação no âmbito do QREN (terminado no início de 2015) foi um bom exemplo que tem de prosseguir, agora que a equipa técnica gestora também ganhou em capacitação e na perceção das muitas vantagens desta operação. E.6 Inovação, Empreendedorismo e Emprego A indução da atividade económica tem no empreendedorismo uma importante componente que queremos continuar a desenvolver, aproveitando os incentivos dos Fundos Comunitários aos projetos individuais e de pequenas empresas, assim como ao desenvolvimento de iniciativas motivadoras e capacitadoras dos Cidadãos. O Programa de Empreendedorismo da Região de Aveiro que denominamos de "Região de Aveiro Empreendedora" tem outra frentes não elegíveis no financiamento do PDCT-RA, mas que executaremos com a utilização de outras fontes do Portugal 2020, sendo muito importante dar a nota da sua dimensão global, e da sua aposta em crescer ancorado na Incubadora em Rede da Região de Aveiro (em funcionamento) e no Parque de Ciência e Inovação da Região de Aveiro (em execução). Apresentamos ainda três Conjuntos de Projetos de matriz marcadamente municipal, com uma abordagem de necessidade à escala da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, e cuja importância reside na qualificação da rede de edifícios de prestação de serviços básicos e fundamentais na área da saúde e da educação, e na qualificação da prestação energética de edifícios da administração local, nos quais se prestam relevantes serviços aos Cidadãos: E.7 Saúde São poucos os objetivos que temos de expansão (muito poucos) e requalificação da rede de edifícios onde se prestam cuidados de saúde primários nos onze Municípios da Região de Aveiro. A sua execução é obrigatória, e deve acontecer com a máxima brevidade. E.8 Educação São muito poucos os objetivos que temos de expansão e requalificação da rede de edifícios escolares dos onze Municípios, mas ainda têm uma expressão financeira relevante (cerca de 30 milhões de euros) e a sua execução é obrigatória e urgente. Neste domínio formamos e lidamos com o principal património da Região de Aveiro – as suas Crianças e Jovens – e exige-se uma oferta de igual condição qualitativa, tendo sido realizado um intenso trabalho de verificação das estritas necessidades que temos para satisfazer com a utilização dos Fundos Comunitários do Portugal 2020, que têm de ser devidamente proporcionais à necessidade que temos deviamente cadastrada. E.9 Eficiência Energética A melhoria muito substantiva da prestação energética é a principal componente da necessidade de qualificação de edifícios da Adm.Local onde se prestam relevantes serviços aos Cidadãos. Com um cadastro de necessidade consideravelmente superior ao que aqui apresentamos, integramos no PDCT-RA aqueles que assumimos como mais relevantes, mais prementes, com maior dimensão.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
10.05 - Desenvolvimento das Infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	E8 - Educação	Capacidade e das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	1200,00	2800,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	25,00	35,00	8 372 000,00€

10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	E8 - Educação	Planos integrados e inovadores de combate ao Insucesso escolar	1,00	1,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	0,00	60,00	6 800 000,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	E9 - Eficiência Energética	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	97254 4,00	486272 1,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	0,00	0,00	2 016 250,00€
06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	E2 - Polis Ria de Aveiro	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	6300,0 0	10500,0 0	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,00	0,00	510 000,00€

AD&C
ADVISORY
CONSULTING

02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	E3 - Modernização Administrativa	Serviços da Administração Pública apoiados	2,00	6,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	0,00	65,00	3 400 000,00€
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	E6 - Inovação, Empreendedorismo e Emprego	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	150,00	250,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	4 000 000,00€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	E6 - Inovação, Empreendedorismo e Emprego	Empresas que beneficiam de apoio	21,00	35,00	Postos de trabalho criados	0,00	49,00	2 600 000,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	E6 - Inovação, Empreendedorismo e Emprego	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	0,00	0,00	1 275 000,00€

04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	E9 - Eficiência Energética	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	81383 5,00	406917 3,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	0,00	0,00	1 402 500,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	E1 - Baixo Vouga Lagunar	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	13 588 014,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

<p>09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuem para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;</p>	<p>FEDER</p>	<p>E7 - Saúde</p>				<p>Grau de satisfação</p>	<p>60,00</p>	<p>80,00</p>	<p>0,00€</p>
<p>05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;</p>	<p>FC</p>	<p>E4 - Prevenção e Gestão de Riscos</p>				<p>Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos</p>	<p>7000,00</p>	<p>23000,00</p>	<p>0,00€</p>
<p>05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;</p>	<p>FC</p>	<p>E4 - Prevenção e Gestão de Riscos</p>	<p>Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados</p>	<p>1,00</p>	<p>2,00</p>				<p>0,00€</p>

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	E4 - Preveção e Gestão de Riscos	Equipame ntos integrados em sistemas de informaçã o e monitoriza ção desenvolvi dos/imple mentados	4,00	11,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	E4 - Preveção e Gestão de Riscos				Entidades envolvida s nos sistemas de informaçã o e monitoriza ção desenvolv idos/imple mentados	5,00	14,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	E4 - Preveção e Gestão de Riscos				Acessibili dade à informaçã o disponibili zada e partilhada nos Sistemas de informaçã o e de monitoriza ção	5,00	11,00	0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	E4 - Prevenção e Gestão de Riscos				Redução de falsos alertas gerados por sistemas de monitoriza ção face à totalidade dos propostos pelo sistema de verificaçã o	50,00	25,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	E4 - Prevenção e Gestão de Riscos	Instrument os de planeame nto de emergênci a e proteção civil elaborado s	1,00	2,00				0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	E1 - Baixo Vouga Lagunar	Segurança de barragens	1,00	1,00				0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	E1 - Baixo Vouga Lagunar	Regadios Tradicionai s	100,00	125,00				0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	E1 - Baixo Vouga Lagunar	Drenagem e defesa	1,00	1,00				0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	E6 - Inovação, Empreendedor ismo e Emprego	Projetos de novação e experimen tação social apoiados	7,00	12,00				0,00€




AD&C
Agência para a
Cooperação e
Desenvolvimento

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	22 451 725,00€
FSE	12 075 000,00€
FC	678 725,00€
FEADER	13 588 014,00€
Total	48 793 464,00€

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

Os desafios e metas estratégicas identificados como prioritários para a Região de Aveiro e que constituirão os eixos prioritários de realização são os seguintes:

- 1) Baixo Vouga Lagunar, tendo em vista a valorização dos terrenos agrícolas do Baixo Vouga Lagunar, a sua defesa, melhoria de acessibilidades e da sua produtividade;
- 2) Polis Litoral Ria de Aveiro II, tendo em vista a valorização e a qualificação da Ria de Aveiro e a defesa de pessoas e bens num quadro de prevenção e gestão de riscos e de adaptação às alterações climáticas;
- 3) Modernização Administrativa, prosseguindo no caminho da harmonização, partilha e integração de serviços, redução de custos de gestão, melhoria do acesso aos serviços pelos Cidadãos;
- 4) Sistema de Gestão de Catástrofes à escala intermunicipal, numa operação que potencia e rentabiliza a utilização dos meios disponíveis em termos locais e nacionais;
- 5) Programação Cultural em Rede, visando a produção e promoção cultural, rentabilizando os equipamentos existentes;
- 6) Região de Aveiro Empreendedora, incentivando projetos individuais e de pequenas empresas, assim como ao desenvolvimento de iniciativas motivadoras e capacitadoras dos Cidadãos;
- 7) Saúde, com objetivos de expansão e requalificação de edifícios onde se prestam cuidados de saúde primários;
- 8) Educação, com objetivos de expansão e requalificação da rede de edifícios escolares;
- 9) Eficiência Energética, com a qualificação de edifícios da administração local;

Prevê-se a implementação de um sistema de Avaliação e Acompanhamento externo que garanta a imparcialidade do processo e principalmente que permita a recolha e organização de informação periódica (2 em 2 anos), relevante para a monitorização das ações previstas, incluindo o cumprimento dos indicadores de realização, que possibilite a tomada de decisão pelos seus responsáveis, informada e atempada. A elaboração e definição destes indicadores obedeceram a pressupostos decorrentes nomeadamente da perspetiva metodológica prosseguida, do contexto económico e da necessária articulação regional, tendo um conjunto de limitações. Assim:

1. foram tidos em consideração os indicadores do Barómetro Regional definidos e disponibilizados pela CCDRC;
2. em algumas das situações em apreço, não existirem dados suficientes e disponíveis, especialmente desagregados ao nível das NUTS III;
3. os valores existentes e tidos como referência decorrem de uma situação económica e social particularmente sensível, o que torna a sua fiabilidade em termos comparativos para previsão futura especialmente complexa;
4. a mesma situação de imponderabilidade económica refletir-se-á nos próximos anos o que torna previsível a flutuação de alguns dos valores usados para indicadores;
5. acresce que os Programas Operacionais Regionais e os Temáticos Nacionais não se encontram totalmente concluídos o que torna a definição de metas um exercício altamente condicionado, já que a definição dos mecanismos programáticos e financeiros, bem como dos seus instrumentos, não se encontra concluída;
6. por se considerar, como consequência do referido nos pontos anteriores, um elevado risco de alteração das condições de análise que geraram as metas indicadas, o exercício de monitorização a levar a cabo ao longo da implementação deste Plano de Ação será particularmente exigente e obrigará, certamente, à revisão, inclusão e adaptação de alguns indicadores e metas agora definidos.

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

Tendo em vista a necessária articulação interinstitucional, a eficiência na gestão destes processos e a capacidade de envolver um número significativo e representativo de stakeholders, a arquitetura institucional proposta procura evitar a duplicação de órgãos já existentes e facilitar uma condução agilizada da aplicação do Plano de Ação, da gestão dos programas e implementação de projetos. Este modelo deverá estar alinhado com a avaliação que é feita dos processos e mecanismos institucionais prosseguidos no âmbito do QREN na Região de Aveiro.

Uma das notas conclusivas a reter é o da necessidade de estabelecer um quadro institucional de suporte e de governação (Programa para o Apoio à decisão em Políticas Públicas da Região de Aveiro – PAPPRA, Eixo 5, meta 1, ação c) capaz de garantir a sua coerência, implementação e sustentabilidade, conferindo continuidade aos processos de colaboração já iniciados, promovendo o envolvimento de um número alargado de stakeholders, que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de compromisso a longo-prazo, fortalecendo-se tanto a dimensão Intermunicipal, quanto a inter-institucional.

É neste contexto, tendo ainda em consideração as perspetivas existentes sobre os modelos de governação de Investimentos Territoriais Integrados, presentes no Acordo de Parceria e no Programa Operacional da Região Centro, que se consideram para a liderança e prossecução do presente Plano de Ação, os seguintes órgãos:

- Órgão coordenador: Comissão Interinstitucional de Coordenação da Estratégia da Região de Aveiro (CICERA) - orientação e coordenação global da implementação da estratégia e respetivo plano de ação, integrando os elementos do Conselho Intermunicipal da Região de Aveiro, que coordena, e os parceiros institucionais a nomear por este órgão, com destaque especial para a Universidade de Aveiro e para a Associação Industrial de Aveiro.

- Órgão consultivo: Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - CEDI, composto por Universidade de Aveiro, Conselho Empresarial da Região de Aveiro, Diocese de Aveiro, Destacamento Territorial de Aveiro da GNR, Comando Distrital da PSP de Aveiro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Delegação do Centro, Administração Regional de Saúde do Centro, Agência Portuguesa do Ambiente - ARHCentro, Administração do Porto de Aveiro, Comunidade Portuária de Aveiro, Águas da Região de Aveiro, SIMRIA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A., Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, Centro Hospitalar do Baixo Vouga, Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga, Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro, Associação dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha, Confraria Gastronómica do Bacalhau, ADASMA – Associação de Dadores de Sangue da Mamarrosa, Associação Viking Kayak Clube, ANATA – Associação dos Naturais e dos Amigos de Águeda, Associação Recreativa e Carnavalesca de Ovar, Santa Casa da Misericórdia de Vagos, Federação Regional das Associações de Pais de Aveiro, Associação Náutica da Torreira, Agrupamento de Escuteiros de Anadla-221, Banda Visconde de Salreu.

Finalmente, tendo a CIRA em operação desde 2008 uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT), no âmbito da Contratualização do QREN, além de um Secretariado Técnico do Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro, a sua experiência e capacitação se pretendem para a execução deste Pacto.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

Prevê-se a implementação de um sistema de Avaliação e Acompanhamento externo que garanta a imparcialidade do processo e principalmente que permita a recolha e organização de informação periódica (2 em 2 anos), relevante para a monitorização das ações previstas, que possibilite a tomada de decisão pelos seus responsáveis, informada e atempada.

Este sistema deverá incluir não só os atores locais parceiros na concretização do Programa de Ação proposto, mas ainda as entidades supra municipais responsáveis pela administração regional, com especial destaque para a CCDR Centro, e pela Administração Central, bem como os Organismos Intermédios responsáveis pelo acompanhamento e execução dos apoios públicos previstos.

Tendo em vista a necessária monitorização e avaliação das ações inscritas neste Programa de Ação, foram aí apresentados os indicadores de realização e de resultados, bem como as metas a atingir, no período definido, para cada um dos eixos estratégicos, bem como as categorias de beneficiários e entidades a envolver.

A elaboração e definição destes indicadores obedeceram a pressupostos decorrentes nomeadamente da perspetiva metodológica prosseguida, do contexto económico e da necessária articulação regional. Têm, também por estas razões, um conjunto de limitações. Assim:

- 1) foram tidos em consideração os indicadores do Barómetro Regional definidos e disponibilizados pela CCDRC;
- 2) é necessário tomar em consideração o facto de, em algumas das situações em apreço, não existirem dados suficientes e disponíveis, especialmente desagregados ao nível das NUTS III;
- 3) os valores existentes e tidos como referência decorrem de uma situação económica e social particularmente sensível, o que torna a sua fiabilidade em termos comparativos para previsão futura especialmente complexa;
- 4) a mesma situação de imponderabilidade económica reflectir-se-á nos próximos anos (em especial no decurso deste período de programação financeira), o que torna previsível a flutuação de alguns dos valores usados para indicadores;
- 5) acresce que os Programas Operacionais Regionais e os Temáticos Nacionais não se encontram concluídos (para além de alguns dos documentos de suporte se encontrarem ainda em fase de consulta pública), o que torna a definição de metas um exercício altamente condicionado, já que a definição dos mecanismos programáticos e financeiros, bem como dos seus instrumentos, não se encontra concluída;
- 6) estas imponderabilidades obrigam a uma revisão regular dos indicadores, que a CI da Região de Aveiro pretende promover anualmente, ainda que tendo como referência este documento;
- 7) por se considerar, como consequência do referido nos pontos anteriores, um elevado risco de alteração das condições de análise que geraram as metas indicadas, o exercício de monitorização a levar a cabo ao longo da implementação deste Plano de Ação será particularmente exigente e obrigará, certamente, à revisão, inclusão e adaptação de alguns indicadores e metas agora definidos. Ainda assim, ficam desta forma expressos os compromissos assumidos pela Região de Aveiro para o período de 2014-2020

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

O Plano de Ação apresentado inclui diversos programas, iniciativas e ações cuja definição, implementação, monitorização e avaliação dependem da articulação de vários agentes. De facto, a grande maioria das ações são promovidas através de parcerias intermunicipais e/ou interinstitucionais.

A opção, tanto do desenho da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro, como na elaboração do subsequente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, foi a de procurar maximizar e valorizar a integração de iniciativas, territórios, ações e intervenientes. As escolhas de ações e respetivos co-promotores a isso obedeceram. As respostas de políticas públicas e os resultados desejados, tendo em vista atingir as metas necessárias para a Região, obrigaram a este olhar atento a todos os mecanismos de aprofundamento de sinergias entre stakeholders.

No enquadramento às opções tomadas no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro este propósito era sublinhado e foi tido em conta de forma muito evidente na condução deste processo. A vantagem da experiência a este nível na Região de Aveiro traduziu-se na forma eficaz e transversal como esta se materializou nas propostas de modelos de governação e envolvimento dos parceiros em cada projeto. Assim, em grande parte dos casos estas parcerias resultam de processos de envolvimento dos agentes desde o desenho do programa até à sua, aqui programada, implementação. No entanto, dada a pluralidade de iniciativas apresentadas, não é possível indicar um modelo único de envolvimento e responsabilidade dos parceiros na generalidade do Pacto. Isto é particularmente evidente no que diz respeito à segunda dimensão de análise: as responsabilidades. Estas incluem, em diferentes ações, a coordenação de um projeto, a sua facilitação, o fornecimento de informação, a avaliação, a participação financeira e de recursos, a colaboração na decisão, ou a implementação de uma parte das iniciativas. Trata-se de mecanismos de envolvimento e, necessariamente, de assunção de responsabilidades muito diferentes. Assim, relativamente a esta matéria, identificamos 3 tipologias de envolvimento e responsabilidade de parceiros:

- **Parceria em co-promoção:** neste tipo de envolvimento, os agentes assumem responsabilidades partilhadas sobre a implementação do investimento, quer do ponto de vista dos recursos, quer da sua coordenação (a título de exemplo, veja-se algumas das ações relativas ao Programa Região de Aveiro Empreendedora).
- **Colaboração:** neste tipo de envolvimento a responsabilidade dos parceiros pode circunscrever-se à garantia de recursos, meios e informação para a eficaz prossecução da respetiva ação (como é o exemplo de um dos Programas Integrados de Combate ao Insucesso Escolar apresentados no investimento a realizar no âmbito da Educação).
- **Facilitação:** relativamente a alguns projetos, os parceiros vêm a sua co-promoção de ações circunscrever-se à responsabilidade formal/legal que têm sobre determinada matéria ou esfera de atuação. O facto de tutelarem determinado espaço territorial ou funcional torna-os necessariamente integrantes da parceria (a este título atente-se a alguns exemplos de investimento no âmbito dos recursos naturais na Ria de Aveiro). Em todos os casos há, necessariamente a partilha de interesses nos objetivos a atingir. Essa é a principal razão de ser da co-promoção assumida nos projetos interinstitucionais e intermunicipais apresentados neste Pacto.

As sinergias e a atuação de acordo com um modelo de governação colaborativo, desenhado de acordo com o exposto no ponto anterior, possibilitam a apresentação de respostas integradas aos desafios apresentados na estratégia territorial. O facto de, para além dos co-promotores identificados nas ações, estarem também envolvidos na governação do plano de ação um conjunto significativo de entidades e organizações da Região de Aveiro, nomeadamente através do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, permite alargar a esfera de colaboração aqui prevista. Este modelo possibilita um acompanhamento e monitorização mais eficaz dos diferentes investimentos.

Evidência pública desta prática resulta da audição formal do Conselho Estratégico na conformação final do Pacto (19.MAIO), donde resultaram alterações valorativas no Plano de Ação. O seu contributo crítico, apoio e aprovação é já um sinal da dinâmica colaborativa que se pretende continuar e que, por força do modelo de implementação do Plano de Ação, será ainda reforçado.

Dado o papel relevante desempenhado na elaboração da estratégia e do pacto, e tendo em consideração os objetivos e metas a que estes se propõem e as suas áreas prioritárias de atuação, a Universidade de Aveiro e a Associação Industrial do Distrito de Aveiro merecem uma nota de destaque, já que a sua responsabilidade e envolvimento são cruciais para a eficaz implementação deste Pacto.

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
04.03	E9 - Requalificação das Piscinas Municipais	501090436	MUNICÍPIO DE AGUEDA	200 000,00€	2016	Águeda	100,00
09.07	E7 - Centro de Saúde de Travassô	503122165	MUNICÍPIO DE AGUEDA	85 000,00€	2016	Águeda	100,00
09.07	E7 - Requalificação do Centro de Saúde de Águeda	501090436	MUNICÍPIO DE AGUEDA	0,00€	2016	Águeda	100,00
10.05	E8 - Requalificação da Escola da Avenida	506783146	MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA	535 000,00€	2016	Albergaria-a-Velha	100,00
04.03	E9 - Requalificação das 3 piscinas municipais	506783146	MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA	200 000,00€	2016	Albergaria-a-Velha	100,00
04.03	E9 - Eficiência Energética na Piscina Municipal	501294163	MUNICÍPIO DE ANADIA	200 000,00€	2016	Anadia	100,00
04.03	E9 - Eficiência Energética numa extensão de 5km na Iluminação Pública	501294163	MUNICÍPIO DE ANADIA	127 500,00€	2016	Anadia	100,00
10.05	E8 - Requalificação da Escola Básica do 1º Ciclo da Moita	501294163	MUNICÍPIO DE ANADIA	0,00€	2016	Anadia	100,00
10.05	EB - Requalificação da Escola Básica do 1º Ciclo de Aguiçã	501294163	MUNICÍPIO DE ANADIA	214 000,00€	2016	Anadia	100,00
10.05	E8 - Requalificação da Escola Básica do 1º Ciclo de Mongofões	501294163	MUNICÍPIO DE ANADIA	0,00€	2016	Anadia	100,00
10.05	E8 - Requalificação da Escola Básica do 1º Ciclo de Vila Nova de Monsarros	501294163	MUNICÍPIO DE ANADIA	0,00€	2016	Anadia	100,00
10.05	E8 - Requalificação da EB1/JI de Tamengos	501294163	MUNICÍPIO DE ANADIA	0,00€	2016	Anadia	100,00
09.07	E7 - Centro Saúde de São Bernardo	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	70 550,00€	2016	Aveiro	100,00
09.07	E7 - Centro de Saúde de São Jacinto	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	61 625,00€	2016	Aveiro	100,00
06.03	E5 - Igreja das Carmelitas - Monumento Nacional	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	170 000,00€	2016	Aveiro	100,00
06.03	E5 - Igreja do Mosteiro de Jesus - Monumento Nacional	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	1 360 000,00€	2016	Aveiro	100,00
09.07	E7 - Centro de Saúde de Aradas	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	185 300,00€	2016	Aveiro	100,00
09.07	E7 - Centro de Saúde de Eixo	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	82 875,00€	2016	Aveiro	100,00
09.07	E7 - Centro de Saúde de Oliveireinha	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	91 375,00€	2016	Aveiro	100,00
10.05	EB - Centro Escolar do Solposto (Ampliação e Qualificação)	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	0,00€	2016	Aveiro	100,00
10.05	E8 - Qualificação do Centro Escolar do Bonsucesso I Quinta do Picado	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	0,00€	2016	Aveiro	100,00

D
*

10.05	EB - Construção do Centro Escolar Nascente/Sul	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	0,00€	2016	Aveiro	100,00
10.05	EB - Centro Escolar de Cada (Ampliação e qualificação do existente)	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	0,00€	2016	Aveiro	100,00
10.05	EB - Construção do Centro, Escolar de S. Bernardo 2	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	535 000,00€	2016	Aveiro	100,00
04.03	E9 - Piscina de Galitos	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	200 000,00€	2016	Aveiro	100,00
10.05	E8 - Qualificação e Integração da Escola Jaime Magalhães Lima, EB 23 Aires Barbosa, 1º CEB de Esgueira e JI de Esgueira	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	800 000,00€	2016	Aveiro	100,00
09.07	E7 - Requalificação do Centro de Saúde de Avanca	501190082	MUNICÍPIO DE ESTARREJA	0,00€	2016	Estarreja	100,00
04.03	E9 - Requalificação do Complexo de Desporto e Lazer ESTARREJA	501190082	MUNICÍPIO DE ESTARREJA	170 000,00€	2016	Estarreja	100,00
04.03	E9 - Implementação de sistemas economizadores e inteligentes da Iluminação Pública	501190082	MUNICÍPIO DE ESTARREJA	170 000,00€	2016	Estarreja	100,00
10.05	EB - Requalificação da Escola Básica do Mato	501190082	MUNICÍPIO DE ESTARREJA	160 700,00€	2016	Estarreja	100,00
10.05	E8 - Requalificação da Escola Básica Prof. Egas Moniz de Avanca	501190082	MUNICÍPIO DE ESTARREJA	0,00€	2016	Estarreja	100,00
04.03	E9 - EE -Piscina Municipal de Ílhavo	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	200 000,00€	2016	Ílhavo	100,00
04.03	E9 - EE - Iluminação Pública	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	340 000,00€	2016	Ílhavo	100,00
09.07	E7 - Requalificação do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	0,00€	2016	Ílhavo	100,00
10.05	E8 - Construção do Centro Escolar da Gafanha de Aquém	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	749 000,00€	2016	Ílhavo	100,00
10.05	E8 - Requalificação da EB Marinha Velha, Gafanha da Nazaré	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	0,00€	2016	Ílhavo	100,00
10.05	EB - Construção do Centro Escolar da Gafanha da Encarnação-Norte	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	0,00€	2016	Ílhavo	100,00
10.05	E8 - Requalificação da EB da 506920887 Chave , Gafanha da Nazaré	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	0,00€	2016	Ílhavo	100,00
10.05	E8 - Requalificação da EB da 506920887 Cambeia, Gafanha da Nazaré	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	0,00€	2016	Ílhavo	100,00
10.05	EB - Requalificação da EB Cale 506920887 da Vila, Gafanha da Nazaré	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	0,00€	2016	Ílhavo	100,00
10.05	E8- Requalificação da EB da Gafanha da Encarnação -Sul	506920887	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	0,00€	2016	Ílhavo	100,00

04.03	E9 - Beneficiação das piscinas municipais	506791238	MUNICÍPIO DA MURTOSA	200 000,00€	2016	Murtosa	100,00
09.07	E7 - Construção do Centro de Saúde da Murtosa	506791238	MUNICÍPIO DA MURTOSA	886 550,00€	2016	Murtosa	100,00
10.05	E8 . Ampliação do Centro Escolar da Saldida	506791238	MUNICÍPIO DA MURTOSA	417 300,00€	2016	Murtosa	100,00
10.05	E8· Reabilitação e ampliação da EB23 Dr. Fernando Peixinho , em Oia	501128840	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO	535 000,00€	2016	Oliveira do Bairro	100,00
09.07	E7 - Centro de Saúde - Extensão da Palhaça	501128840	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO	0,00€	2016	Oliveira do Bairro	100,00
09.07	E7 - Unidade de Saúde Familiar - Freguesia da União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa	501128840	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO	0,00€	2016	Oliveira do Bairro	100,00
04.03	E9 - Implementação de medidas de eficiência energética nas Piscinas Municipais	501128840	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO	127 500,00€	2016	Oliveira do Bairro	100,00
04.03	E9 - Requalificação Piscina Municipal de Ovar (componente eficiência energética)	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	200 000,00€	2016	Ovar	100,00
09.07	E7 - Construção da USF de Válega	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	1 030 200,00€	2016	Ovar	100,00
09.07	E7 -Requalificação do Pólo de Maceda da USF dos Laços	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	0,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 - Requalificação da Escola de São João	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	0,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 -Requalificação da Escola de S. Donato	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	66 875,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 -Requalificação da Escola do Campo Grande	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	66 875,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 -Requalificação da Escola do Furadouro	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	66 875,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 -Requalificação da Escola da Oliveirinha	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	0,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 -Requalificação da Escola da Relva	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	0,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 -Requalificação da Escola de Gondezende	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	0,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 -Requalificação da Escola de Gavinho	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	0,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 -Requalificação da Escola de Outeiral	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	0,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8· Requalificação da Escola da Habitovar	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	0,00€	2016	Ovar	100,00
10.05	E8 -Requalificação da Escola da Torre	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	66 875,00€	2016	Ovar	100,00
04.03	E9· Requalificação das Piscinas Municipais (componente eficiência energética)	502704977	MUNICIPIO DE SEVER DO VOUGA	170 000,00€	2016	Sever do Vouga	100,00

04.03	E9 - Implementação de sistemas de eficiência energética da Iluminação Pública	502704977	MUNICÍPIO DE SEVER DO VOUGA	170 000,00€	2016	Sever do Vouga	100,00
10.05	E8 - Construção do Centro Escolar de Sever do Vouga	502704977	MUNICÍPIO DE SEVER DO VOUGA	1 070 000,00€	2016	Sever do Vouga	100,00
10.05	E8 - Requalificação e ampliação da EB de Soza	506912833	MUNICÍPIO DE VAGOS	0,00€	2016	Vagos	100,00
10.05	E8 - Requalificação e ampliação da EB de Ouca	506912833	MUNICÍPIO DE VAGOS	133 750,00€	2016	Vagos	100,00
10.05	E8 - Requalificação e ampliação da EB da Quintã	506912833	MUNICÍPIO DE VAGOS	133 750,00€	2016	Vagos	100,00
10.05	E8 - Requalificação e ampliação da EB da Vigia	506912833	MUNICÍPIO DE VAGOS	0,00€	2016	Vagos	100,00
10.05	E8 - Requalificação e ampliação da EB de Cabecinhas	506912833	MUNICÍPIO DE VAGOS	321 000,00€	2016	Vagos	100,00
04.03	E9 - Melhoria da eficiência energética no Edifício da Piscina Municipal	506912833	MUNICÍPIO DE VAGOS	148 750,00€	2016	Vagos	100,00
04.03	E9 - Aumento da eficiência energética nos circuitos de iluminação pública	506912833	MUNICÍPIO DE VAGOS	170 000,00€	2016	Vagos	100,00
04.03	E9 - Eficiência energética na iluminação pública	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	425 000,00€	2016		100,00
03.M0 4	E1 - Baixo Vouga Lagunar -um agroecossistema sustentável	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	12 450 000,00€	2016		100,00
03.M0 4	Regadios Tradicionais	000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	773 500,00€	2016		100,00
02.03	E3 - Catalogo de serviços	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	425 000,00€	2016		100,00
06.03	E2 - Promoção dos Valores da Ria	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	510 000,00€	2016		100,00
02.03	E3 - Serviços digitais	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	1 870 000,00€	2016		100,00
02.03	E3 - Atendimento partilhado	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	425 000,00€	2016		100,00

10.01	E8 - EQUAL 2. Programa Regional de Articulação e Valorização da Rede de Formação e Capacitação Profissional	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	1 275 000,00€	2016		100,00
02.03	E3 - Serviços partilhados	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	680 000,00€	2016		100,00
08.03	E6 -VALE-IN 2b. Apoio a novas iniciativas empresariais	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	4 000 000,00€	2016		100,00
08.08	E6 -VALE-IN 2c. Apoio a novas iniciativas empresariais	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	2 600 000,00€	2016		100,00
09.01	E6 -VALE-IN 4. Valorização e Promoção de Projetos de Inovação Social	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	1 275 000,00€	2016		100,00
05.02	E4 -PLANO INTERMUNICIPAL DE EMERGÊNCIA -PIE-RIA	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	340 000,00€	2016		100,00
05.02	E4 - Sistema Integrado de Gestão de Riscos Tecnológicos da RA -SIGERT RA	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	338 725,00€	2016		100,00
10.01	E8 -PRICE 3. Programa Integrado de Formação para o conhecimento científico no Ensino Básico e Secundário	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	4 250 000,00€	2016		100,00
10.01	E8 -Plano Integrado Regional de Combate ao Insucesso Escolar	508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	1 275 000,00€	2016		100,00
06.03	Panteão dos Lemos	501090436	MUNICÍPIO DE AGUEDA	127 500,00€	0		100,00
10.05	ES Júlio Dinis	501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	1 500 000,00€	0		100,00
10.05	EB João Afonso	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	1 000 000,00€	0		100,00
03.M0 4	Segurança de Barragens	600082466	DRAP - Centro	364 514,00€	2016		100,00